



## OS SIGNIFICADOS NÃO ESTÃO NA CABEÇA: PUTNAM SOBRE O SIGNIFICADO E A INTENCIONALIDADE

**César Schirmer dos Santos**

Universidade Federal de Santa Maria  
cesarschirmer@gmail.com

**Resumo:** Apesar do externalismo semântico de Putnam encontrar ampla aceitação, nem sempre se vê claramente que as contribuições de Putnam à semântica e à filosofia da mente são frutos de argumentos cuidadosos, em vez de serem frutos próximos da ficção científica de uma mente muito fértil e irrequieta. Tendo em vista esse quadro de recepção da obra de Putnam, o presente artigo reconstrói detalhadamente o principal argumento de Putnam em favor do externalismo semântico, e mostra como o mesmo tem impacto em outro argumento de Putnam sobre a intencionalidade.

**Palavras-chave:** Filosofia da mente. Intencionalidade. Hilary Putnam. Semântica. Significado.

### ***THE MEANINGS ARE NOT IN THE HEAD: PUTNAM ON MEANING AND INTENTIONALITY***

**Abstract:** *Notwithstanding the widespread acceptance of Putnam's semantic externalism, it's not always clearly seen that Putnam's contributions to semantics and philosophy of mind are the products of careful arguments, instead of being mere philosophical science fiction. Given this distorted reception of Putnam's work, this article reconstructs in detail the main argument in favor of Putnam's semantic externalism, and shows how it has an impact on the subsequent work of Putnam on intentionality.*

**Keywords:** *Philosophy of mind. Intentionality. Hilary Putnam. Semantics. Meaning.*

\* \* \*

### **Introdução**

“Os significados não estão na cabeça.” Atualmente, este dito de Putnam (1973, 1975) é famoso a ponto de ter se tornado um slogan. Trata-se de um slogan, é claro, porém é mais do que isso. Nem sempre se reconhece que esse dito é a conclusão de um argumento apoiado em um experimento mental, e por vezes se insinua que não há argumento algum envolvido (BURGE, 2010, p. 64-65). Dado esse quadro, me parece oportuno explicitar o argumento que estabelece essa conclusão. Para tanto, me parece que a melhor coisa a fazer é reconstruir o argumento de Putnam da maneira mais articulada possível, de maneira ainda mais clara e explícita do que encontramos nos seus textos.

Este artigo se organiza da seguinte maneira. Na primeira seção apresentarei uns poucos elementos históricos sobre a origem do externalismo semântico. Na segunda seção apresentarei o experimento mental da Terra Gêmea. Na terceira seção apresentarei uma reconstrução detalhada do argumento de Putnam, a partir desse experimento mental. Na quarta seção mostrarei como a conclusão de Putnam se aplica a um conjunto mais amplo de fenômenos semânticos. Na quinta e última seção tratarei da importância da conclusão de Putnam para o externalismo sobre o conteúdo mental.

## 1 O desenvolvimento do externalismo semântico

Em 2011, a Academia Real de Ciências da Suécia concedeu a Hilary Putnam o Prêmio Rolf Schock, em Lógica e Filosofia, “pela sua contribuição à compreensão da semântica dos termos teóricos e de ‘espécies naturais’, e das implicações dessa semântica para a filosofia da linguagem, teoria do conhecimento, filosofia da ciência e metafísica” (PUTNAM, 2013, p. 192). Em 2013, a revista *Theoria* lançou um número comemorativo da conquista de Putnam, o qual inclui a fala de Putnam em Estocolmo, na ocasião do recebimento da premiação (Putnam, 2013). Neste texto, Putnam descreve o caminho que o levou ao trabalho pelo qual foi homenageado. Nesta seção, apresentarei os principais elementos desse texto.

O primeiro grande trabalho de Putnam em semântica foi o artigo “The analytic and the synthetic”, publicado originalmente em 1962. Esse artigo já traz visões próximas daquelas que posteriormente caracterizarão o externalismo semântico (PUTNAM, 2013, p. 193). Tomemos o que se dá no caso de uma revolução científica, quando alguns termos científicos têm suas definições modificadas. Uma teoria semântica poderia dizer que o significado de um termo é estabelecido pela definição do termo. Mas, se for assim, então revoluções científicas, além de modificarem o elemento epistêmico da definição, mudam também o elemento semântico do significado. No entanto uma nova definição é insuficiente para estabelecer um novo significado. Por exemplo, entre 1899 e 1905, com a entrada em cena da teoria da relatividade de Einstein, há uma modificação na definição de energia cinética, pois se em 1899 se a definia como  $\frac{1}{2}mv^2$ , a partir de 1905 se passa a defini-la como  $\frac{1}{2}mv^2$  mais a correção relativística. Ou seja, a definição mudou. Mas mudou o significado? Isso só teria acontecido se a grandeza que passou a ser melhor definida a partir de 1905 fosse diferente daquela que era menos conhecida em 1899, mas isso é implausível. O mais razoável é entender que a mesma grandeza foi melhor definida em 1905, o que quer dizer que o significado de “energia cinética” não mudou, dado que a referência ou extensão do tempo não mudou. O que se deu foi um melhor conhecimento dessa grandeza, não uma alteração na referência da expressão “energia cinética” (PUTNAM, 2013, p. 194).

Assim, de acordo com o artigo “The analytic and the synthetic”, é preciso rejeitar a ideia que definições estabelecem referências. A referência de um termo científico não é dada por uma definição, mas por uma combinação de teorias e experimentos. Como as teorias e os experimentos dependem do ambiente externo, a referência também depende do ambiente. Logo, não pelo que está nas nossas cabeças (PUTNAM, 2013, p. 194).

No entanto, ainda que tivesse alcançado essa conclusão em 1962, logo em seguida Putnam tomou um caminho que entrava em conflito. Antes de desenvolver o

externalismo semântico, Putnam acreditava, junto com Jerry Fodor e Jerrold Katz, com quem trabalhava no Departamento de Filosofia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), que o significado de um termo seria dado por um conjunto de regras semânticas internalizadas pelo falante. Mas Putnam não se mantém por muito tempo nessa teoria intermediária. Um pouco mais adiante, Putnam mudou de ideia, como se vê no seu texto “How not to talk about meaning”, no qual ele trata das insuficiências dessa proposta (PUTNAM, 2013, p. 196-197).

A semântica externalista propriamente dita só aparece no início dos anos 70, quando Putnam chega a uma nova ideia: nada que esteja na cabeça do falante comum de um idioma é suficiente para determinar a que um termo refere. Sendo assim, significados não estão na cabeça. É claro, isso não quer dizer que o cérebro é irrelevante para o significado, pois o cérebro é importante para haver uso da linguagem. Mas o cérebro não fixa o significado das palavras, e seria um exagero individualista considerar o cérebro como suficiente para tanto, pois essa fixação é estabelecida por outras pessoas e pelo mundo (PUTNAM, 2013, p. 197-198).

Na semântica que Putnam começa a desenvolver no início dos anos 70, e que lhe rendeu o Prêmio Schock em 2011, as diferenças naturais se traduzem em diferenças semânticas: “Para palavras de espécies naturais, p. ex. nomes de espécies biológicas e nomes de substâncias, diferença na referência *conta* como diferença no significado” (PUTNAM, 2013, p. 198, [grifo do autor]). O empirista John Locke via as coisas de outro jeito. Para ele, os falantes do inglês têm uma ideia de ouro que dá a referência do termo “gold”. Se consideramos que a “ideia” em Locke funciona mais ou menos como a “regra semântica” do período intermediário de Putnam, podemos ver o quanto a nova proposta de Putnam, no início dos anos 70, se afasta da tradição empirista, pois o que estabelece o significado, nessa nova proposta, são os outros e o mundo. No caso do ouro, “gold” em inglês, o significado é estabelecido pelas amostras de ouro, e pelos inúmeros especialistas nesse metal.

Especialistas lidam com teorias, e teorias envolvem definições. Sendo assim, especialistas não usariam definições como meios para estabelecer significados? Claramente, não. Os especialistas não identificam espécies por definições, até mesmo porque as definições costumam estar bem erradas. As amostras não falam, mas são elas que têm a última palavra, e as amostras se mantêm as mesmas quando mudam as definições. Como Putnam já havia estabelecido em 1962, ter uma melhor definição de uma espécie como água não muda a referência do termo “água”, o que muda é nosso conhecimento sobre a espécie. E, como o conhecimento e a definição de um termo não são suficientes, por si sós, para fixar uma referência, não há impedimento para que especialistas e leigos falem a mesma língua, embora tenham diferentes conhecimentos – como de fato é o caso (Putnam, 2013, p. 198). Essa, por fim, é uma das principais contribuições de Putnam: deixar claro o caráter social da semântica dos termos que designam espécies naturais.

## 2 Uma pequena ficção científica

A partir da análise de certos exemplos, Putnam conclui que “os significados não estão na cabeça”. Em “The meaning of ‘meaning’”, o mais representativo dos seus trabalhos sobre o externalismo semântico, Putnam apresenta três exemplos: sobre o significado de “água” na Terra e na Terra Gêmea (PUTNAM, 1975, p. 223-225), sobre o significado de “alumínio” e “molibdênio” na Terra e na Terra Gêmea

(PUTNAM, 1975, p. 226-227) e sobre os usos idiossincráticos que o próprio Putnam fazia de “olmo” e “faia” (PUTNAM, 1975, p. 226-227).

Bastará a apresentação do primeiro exemplo para termos o suficiente para apresentar o argumento de Putnam. No entanto, antes de apresentá-lo, é importante deixar claro que não há nada de insubstituível nesses exemplos, os quais são meros exemplos, válidos apenas na medida em que são representativos de um fenômeno que se manifesta em outros casos, e outros exemplos. Não há nada de essencial, por exemplo, no apelo a uma ficção científica de uma outra Terra, com outra espécie natural, como se vê pelo caso do exemplo sobre o uso que o próprio Putnam faz de “olmo” e “faia” no nosso mundo. O fundamental dos exemplos é que mostrem casos nos quais reconhecemos, sem dificuldade, que há diferentes referências envolvidas, e as mesmas definições envolvidas. Se o exemplo estabelece isso, com a ficção da Terra Gêmea, ou não, temos o suficiente para fazer decolar o argumento de Putnam. Tendo essas ressalvas em vista, apresento finalmente o primeiro exemplo de Putnam:

Que estados psicológicos não determinam a extensão será mostrado com a ajuda de uma pequena ficção científica. Para o objetivo dos seguintes exemplos de ficção científica, iremos supor que em algum lugar da galáxia há um planeta que chamaremos de Terra Gêmea. A Terra Gêmea é muito parecida com a Terra; de fato, as pessoas da Terra Gêmea até falam *português*<sup>1</sup>. De fato, tirando diferenças que especificaremos nos nossos exemplos de ficção científica, o leitor pode supor que a Terra Gêmea é *exatamente* como a Terra. Ele pode até supor, se quiser, que ele tem um *Doppelgänger* – uma cópia idêntica – na Terra Gêmea, embora minha história não dependa disso.

Embora algumas das pessoas da Terra Gêmea (digamos, aquelas que se chamam de “brasileiros”<sup>2</sup>, e aquelas que se chamam de “timorenses”<sup>3</sup>, e aquelas que se chamam de “portugueses”<sup>4</sup>, etc.) falem português, há, o que não surpreende, algumas pequenas diferenças que agora descreveremos entre os dialetos do português falado na Terra Gêmea e o Português Padrão. Essas diferenças elas mesmas dependem de algumas das peculiaridades da Terra Gêmea.

Uma das peculiaridades da Terra Gêmea é que o líquido chamado de “água” não é H<sub>2</sub>O, mas um líquido diferente cuja fórmula química é muito longa e complicada. Abreviarei essa fórmula simplesmente como XYZ. Irei supor que XYZ é indistinguível de água em temperaturas e pressões normais. Em particular, tem o gosto de água e mata a sede como água. Além disso, irei supor que os oceanos e lagos e mares da Terra Gêmea contêm XYZ e não água, que chove XYZ na Terra Gêmea e não água, etc. (PUTNAM, 1975, p. 223, [grifos do autor])

---

<sup>1</sup> Inglês (english), no original. Mudei para português para que o exemplo funcione com palavras da língua portuguesa, como “água”.

<sup>2</sup> Estadunidenses (Americans), no original.

<sup>3</sup> Canadenses (Canadians), no original.

<sup>4</sup> Ingleses (English), no original.

O elemento fundamental desse experimento mental é o seguinte: a imaginação de que há duas populações isoladas, em contato cada uma com uma espécie natural diferente, mas indiscernível a olho nu; a primeira população está na Terra, e tem contato com amostras de H<sub>2</sub>O; a segunda população está na Terra Gêmea, e tem contato com amostras de XYZ; ambas as populações chamam as substâncias pela mesma voz, “água”. Suponha que um terráqueo e um gêmeo-terráqueo têm o seguinte pensamento homófono: “Isto é água”, apontando para amostras de diferentes líquidos. Claramente, cada um desses indivíduos teria um estado mental com um significado distinto, pois a espécie natural apontada (“isto”) em cada caso é diferente.

Se dissermos que estados mentais homófonos são do mesmo tipo exíguo (*narrow*), o terráqueo e seu gêmeo estão no mesmo tipo de estado mental exíguo. O experimento mental da Terra Gêmea mostra que estar em estados mentais do mesmo tipo exíguo não é suficiente para pensar a mesma coisa, e também não, por conseguinte, para significar a mesma coisa. Um estado mental exíguo satisfaz o seguinte requisito do solipsismo metodológico: leve em conta apenas as vozes (as palavras, tomadas apenas como significantes) que ocorrem à consciência do indivíduo. Ora, mas levar em conta apenas isso é insuficiente para estabelecer o significado. Assim, o significado requer a consideração de estados mentais não-exíguos, isto é, amplos (*broad*), e há diferença entre os estados mentais do terráqueo e do seu gêmeo.

### 3 O argumento de Putnam

Os experimentos mentais ao estilo da Terra Gêmea permitem que Putnam conclua que os significados de designadores de espécies naturais, como “água”, “tigre” e “limão” não estão nas cabeças dos falantes, mas – por assim dizer – nos outros e no mundo. A partir do experimento e dos esclarecimentos apresentados na seção anterior, podemos reconstruir o argumento de Putnam da seguinte maneira:

P1. Estados mentais envolvendo substantivos que designam espécies naturais ou são amplos, ou são exíguos.

P2. Suponha que são exíguos.

P3. Se o estado mental é exíguo, então o substantivo “água” tem o mesmo significado na Terra e na Terra Gêmea.

P4. Se “água” tem o mesmo significado na Terra e na Terra Gêmea, então tem a mesma extensão.

P5. No entanto, o substantivo “água” não tem a mesma extensão na Terra e na Terra Gêmea. (*Pela estipulação do experimento mental da Terra Gêmea.*)

C1. Logo, o substantivo “água” não tem o mesmo significado na Terra e na Terra Gêmea. (*Modus tollens envolvendo as premissas P4-P5.*)

C2. Logo, o estado mental não é exíguo. (*Modus tollens envolvendo P3 e C1.*)

C3. Logo, o estado mental é amplo. (*Eliminação da disjunção de P1 via P2-C2.*)

P6. Se o estado mental é amplo, então envolve elementos que não estão nas cabeças dos falantes. (*Pela definição de “estado mental amplo”.*)

C4. Logo, estados mentais envolvendo substantivos que designam espécies naturais envolvem elementos que não estão nas cabeças dos falantes. (*Por modus ponens, com as premissas C3 e P6.*)

A premissa P1 apresenta uma disjunção exaustiva, pois os disjuntos são os estados mentais exíguos e os estados mentais amplos, sendo que “amplo” quer dizer “não-exíguo”. Putnam espera demonstrar que estados mentais envolvendo substantivos que designam espécies naturais são amplos, e para isso mostra, por redução ao absurdo, que tais estados mentais não podem ser exíguos. Permitindo que se obtenha tal resultado, a premissa P2 apresenta a suposição de que esses estados mentais são exíguos. Essa suposição está relacionada a um condicional (a premissa P3) que é plausível para um defensor de P2 (o adversário de Putnam, isto é o Putnam da fase intermediária, como vimos na seção 1, ou um filósofo empirista clássico, como Locke): caso duas pessoas estejam no mesmo tipo de estado mental intencional, esses estados não podem ter significados distintos, pois do contrário os estados mentais seriam distintos. Ora, mas se o significado é o mesmo, então (pela premissa P4) a extensão de quaisquer substantivos envolvidos é a mesma, incluindo o substantivo “água”. Esse pressuposto é plausível para o defensor do conteúdo exíguo por causa do solipsismo metodológico, isto é a exigência de que a investigação dos estados mentais com propriedades semânticas leve em conta apenas a existência do espírito que está no estado mental, desprezando a existência do mundo exterior e do seu corpo.<sup>5</sup> Caso alguém recusasse o solipsismo metodológico, uma base crucial para a defesa do conteúdo exíguo seria desfeita, e a conclusão de Putnam já seria bem mais facilmente defensável.

A premissa P5 apresenta um fato: o substantivo “água” tem extensões distintas na Terra e na Terra Gêmea – na verdade, se trata de dois substantivos distintos, mas homófonos, mas isso não é um pressuposto do argumento, mas sim algo que fica claro a partir da sua conclusão. (Como Burge 2007 notou, isto se dá porque, na verdade, a língua dos gêmeo-terráqueos não é o português. Isso não afeta o experimento mental da Terra Gêmea e o argumento de Putnam, porque o importante é a relação entre estados mentais exíguos e extensões de substantivos, e essa relação não é afetada pela diferença entre as línguas.) Alguém poderia objetar que esse não pode ser o caso, dado que a Terra Gêmea não existe. Mas isso seria não compreender a lógica dos experimentos mentais, a qual apresenta um condicional, em vez de uma afirmação: se P (por exemplo, houvesse uma Terra Gêmea assim-e-assado) e Q (por exemplo, a extensão do substantivo “água” fosse distinta), então R (por exemplo, “água” teria significados distintos). Negar um condicional só pode ser tratar seu antecedente como verdadeiro e seu conseqüente como falso, mas isso não pode ser feito nesse caso, pois o discurso contrafactual é significativo (no nosso exemplo, este é o primeiro conjunto do antecedente) e há a relação estabelecida entre significado (no nosso exemplo, este é o segundo conjunto do antecedente) e a extensão (no nosso exemplo, este é o conseqüente do condicional).

<sup>5</sup> Quando os filósofos tradicionais falaram sobre estados psicológicos (ou estados “mentais”), eles se apoiaram em um pressuposto que chamaremos de presunção do solipsismo metodológico. Essa presunção é a presunção de que nenhum estado psicológico, propriamente assim chamado, pressupõe a existência de qualquer indivíduo outro que o sujeito a quem o estado psicológico é atribuído. (De fato, o pressuposto era que nenhum estado psicológico pressupõe nem mesmo a existência do *corpo* do sujeito: se *P* é um estado psicológico, então deve ser logicamente possível para uma “mente desencorporada” estar em *P*.) (PUTNAM, 1975, p. 220, [grifos do autor]).

Com as premissas P1-P5, podemos concluir (conclusão C1) que o terráqueo e seu gêmeo dizem coisas distintas com seus respectivos substantivos “água”, o que permite concluir (conclusão C2) que seus estados mentais não são exíguos, isto é são (conclusão C3) amplos. Se adicionarmos uma premissa P6 que explicita a definição de estado mental amplo, chegamos à conclusão C4: “Fatie a torta como quiser, mas os ‘significados’ simplesmente não estão na *cabeça!*”<sup>6</sup>

#### 4 Um fenômeno semântico mais geral

Apesar de ser formulado com o caso particular dos substantivos que designam espécies naturais, o argumento de Putnam tem impacto imediato em todos os objetos ou processos que reconhecemos como possuidores de propriedades semânticas, sejam esses os estados mentais, como as crenças e os desejos, sejam esses os atos de fala. Afinal de contas, se o significado de um substantivo está “fora da cabeça”, o que garante que o significado de outras classes de palavras não esteja na mesma situação? O caso dos substantivos designadores de espécies naturais não seria um exemplo claro de um fenômeno semântico mais geral? O trabalho subsequente de Putnam sugere que sim. *Razão, verdade e história*, de 1981 (PUTNAM 1992), trata das condições mais fundamentais da representação, ampliando o alcance das investigações sobre o significado dos designadores de espécies naturais. Eis uma reconstrução do argumento de Putnam, no trabalho subsequente dos anos 80:

P7. Uma coisa representa outra coisa ou intrinsecamente, ou extrinsecamente.

P8. Suponha que uma coisa representa outra coisa intrinsecamente.

P9. Se uma coisa representa outra coisa intrinsecamente, então um cérebro numa cuba é capaz de pensar “Sou um cérebro numa cuba”, pois basta proferir essa frase.

P10. Se um cérebro numa cuba é capaz de pensar “Sou um cérebro numa cuba”, então ele entende as palavras “cérebro” e “cuba”.

P11. Se um cérebro numa cuba entende as palavras “cérebro” e “cuba”, então essas palavras do seu vocabulário estão histórica e causalmente vinculadas a cérebros e a cubas, respectivamente.

P12. Mas essas palavras do seu vocabulário não têm tais vínculos.

C5. Logo, um cérebro numa cuba não entende as palavras “cérebro” e “cuba”. (*Modus tollens envolvendo P11-P12.*)

C6. Logo, um cérebro numa cuba não é capaz de pensar “Sou um cérebro numa cuba”. (*Modus tollens envolvendo P10 e C5.*)

C7. Logo, uma coisa não representa outra coisa intrinsecamente. (*Modus tollens envolvendo P9 e C6.*)

C8. Logo, uma coisa representa outra coisa extrinsecamente. (*Eliminação da disjunção de P7 via P8-C7.*)

Tal como no argumento anterior, a premissa inicial, aqui nomeada de P7, apresenta uma disjunção. Não temos como fundamentar essa premissa sem alterar

<sup>6</sup> Cut the pie any way you like, ‘meanings’ just ain’t in the *head!* (PUTNAM, 1975, p. 227). A mesmíssima frase já havia sido publicada anteriormente em Putnam (1973, p. 704).

completamente o curso desse artigo, de modo que a justificaremos simplesmente tomando seus disjuntos pelas hipóteses mais plausíveis. A premissa P8 pinça, para rejeição por redução ao absurdo, a tese (do oponente de Putnam) de que uma coisa representa outra coisa intrinsecamente – por exemplo, se as pegadas da formiga na areia representam Churchill (cf. Putnam 1992, p. 23), então a impressão na areia inclui a propriedade de representar Churchill; *mutatis mutandis*, algo análogo se daria com os processos psicológicos, os quais incluiriam a propriedade de representar nos seus próprios “veículos”.

A premissa P9 apresenta um condicional que está de acordo com a *mágica* da representação intrínseca. Se todas as representações representam intrinsecamente, então até mesmo uma frase pensada por um cérebro em uma cuba representa seu objeto intencional, bastando para isso que seja pensada.

A premissa P10 explora o conceito de pensamento. Quem pensa na fórmula trigonométrica  $a^2+b^2=c^2$  pode fazer isso sem entender, ou entendendo. Ora, se o defensor da representação intrínseca diz que o cérebro numa cuba pensa sem entender, sua tese perde todo o interesse. De modo que ele precisa defender o pensamento com compreensão, o que o obriga a aceitar a premissa P10.

A premissa P11 apresenta outro compromisso do defensor da representação intrínseca. Ele tem dois caminhos. Primeiro, defender que o cérebro numa cuba é uma espécie de Humpty Dumpty, de modo que suas palavras significam o que ele quiser.<sup>7</sup> Segundo, defender que as palavras do vocabulário do cérebro numa cuba fazem parte de algum léxico público, ou ao menos objetivo, de alguma maneira. A primeira tese é pouco interessante enquanto contribuição à semântica, além de entrar em conflito com a tese da representação intrínseca que estamos discutindo. Assim, só fica aberto o caminho do significado objetivo. Em resumo, o defensor da representação intrínseca também tem que defender a representação objetiva.

Mas, por estipulação (premissa P12), o caminho da vinculação entre “cérebro” e cérebros e entre “cuba” e cubas não está aberto para um cérebro numa cuba que sempre tenha estado na cuba, e que não tenha aprendido nenhuma língua pública (Costa, 1999). “Sou um cérebro numa cuba”, na língua do cérebro numa cuba, não significa “Sou um cérebro numa cuba” nem na nossa língua, nem em nenhuma outra língua, e a presunção de que uma frase pode representar intrinsecamente não pode ser invocada, pois é exatamente o que está em disputa – do mesmo modo, não se pode presumir que a frase significa magicamente, como se os passos de uma formiga na areia da praia pudessem representar Churchill magicamente.

Sendo assim (conclusão C5), o cérebro numa cuba não entende as palavras “cérebro” e “cuba”, pois sua língua não tem vínculos causais e históricos com os outros e o mundo. Isso o incapacita para entender a frase “Sou um cérebro numa cuba” (conclusão C6), e destrói a base da teoria da representação intrínseca (conclusão C7), abrindo espaço, por redução ao absurdo, da alternativa para a teoria da representação extrínseca (conclusão C8).

Alguns poderiam considerar essa conclusão pouco surpreendente, pois poucos negariam que signos são arbitrários – designam por convenção, não por

<sup>7</sup> ‘Quando uso uma palavra’, Humpty Dumpty disse, em tom desdenhoso, ‘ela significa apenas o que escolho que ela signifique – nem mais nem menos.’ ‘A questão é’, disse Alice, ‘se você pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.’ ‘A questão é’, disse Humpty Dumpty, ‘quem é o mestre – isso é tudo.’ (CARROLL, 1963, p. 269).

natureza. No entanto, a tese de Putnam é mais geral do que isso, pois os estados mentais intencionais estão entre os objetos ou processos que têm a propriedade de representar, e Putnam não está os tratando como signos – nem está estipulando a convencionalidade como marca da representatividade. Em vez disso, Putnam está dizendo que é preciso haver vínculos causais e históricos entre as palavras usadas por uma pessoa e as coisas designadas por tais palavras, pois sem isso não há representação de tais coisas por tais palavras.

Em resumo, o argumento de Putnam em *Razão, verdade e história* mostra que estados mentais intencionais não representam o que representam de maneira intrínseca ou mágica. Em vez disso, representam o que representam através de vínculos com outros elementos que precisam ser investigados e detalhados, coisa que está além do escopo deste artigo. Estou sugerindo que este argumento é uma ampliação e um aperfeiçoamento do seu argumento de 1975, o qual mostra que estados mentais exíguos não são suficientes para a determinação do significado dos substantivos designadores de espécies naturais que neles figuram. Para isso, em primeiro lugar precisamos reconhecer que em 1975 já havia um argumento, o qual pode ser apresentado da maneira sugerida na seção anterior deste artigo.

Tendo feito esse resumo, é preciso deixar claro, antes de fechar esta seção, quais são as consequências que de fato seguem do argumento de Putnam. Em primeiro lugar, Putnam apresenta uma condição necessária da significatividade, não uma condição suficiente (DEVITT, 1990, p. 83). Para que um termo signifique alguma coisa é necessário que haja alguma relação causal e histórica entre o termo e a realidade extracraniana, mas tal relação não é suficiente para o significado. Assim, nada impede que elementos intracranianos também sejam importantes para o significado, ainda que não sejam suficientes (PUTNAM, 2013, p. 197).

Em segundo lugar, como o elemento extracraniano não é suficiente para o significado, não há como derivar do argumento de Putnam uma teoria da referência direta sem acrescentar mais premissas. Uma teoria da referência direta diz que o significado de um termo se esgota na sua referência. Mas, como acabamos de ver, elementos intracranianos a serem determinados também são importantes para o significado, de modo que há divergências a serem delimitadas entre a semântica de Putnam e a teoria da referência direta (HACKING, 2007). Essas divergências ultrapassam o escopo deste artigo, de modo que passo a uma breve discussão da relação entre o argumento de Putnam em 1975 e o externalismo sobre o conteúdo mental, o qual foi uma derivação posterior do externalismo semântico.

## 5 Externalismo

Apesar das repetidas críticas de Burge a Putnam, seja em “Other bodies” (BURGE, 2007), seja na obra mais recente (BURGE, 2010, p. 64-65), incluindo as críticas de Burge (2013a) ao termo “externalismo”, a tese de que é preciso haver vínculos causais e históricos entre as palavras usadas por uma pessoa e as coisas designadas por tais palavras é um elemento comum entre os externalismos ou anti-individualismos desses dois filósofos. O ponto pode ser bem estabelecido pela apresentação do impulso externalista para o caso da linguagem, pois, como Devitt (1990, p. 82) coloca muito bem, “Deve haver alguns termos básicos cujas

propriedades referenciais não parasitem as propriedades referenciais de outros”.<sup>8</sup> Talvez nem todas as palavras do idioleto de uma pessoa tenham vínculos com as coisas que estão nas suas respectivas extensões, mas é preciso que ao menos algumas palavras tenham tais vínculos, mesmo que esses vínculos sejam estabelecidos através de outras pessoas que transmitam tais palavras em uma cadeia anafórica (BERGER, 2002). É justamente a carência de tais vínculos que priva as palavras de um cérebro numa cuba de significatividade.

Mas, por que o vínculo seria causal e histórico? Porque de fato é assim que adquirimos seja o léxico, sejam as regras da linguagem. Se a significatividade de cada uma das palavras fosse fruto apenas de descrições, sem vínculo algum com a realidade, não haveria referência. Mas há referência, e essa é transmitida de um falante a outro (eis o elemento histórico), sendo a extensão de um termo, transmitida socialmente, a causa da extensão do mesmo termo no meu idioleto, para boa parte das palavras do meu idioleto.

Disso não segue que estados mentais sejam relações com o ambiente (BURGE, 2010, p. 64), mas segue que o significado não está na cabeça, se com isso queremos dizer, como Putnam diz, contra o solipsismo metodológico, e contra os defensores do conteúdo exíguo, que sem tais relações as palavras não teriam os significados que de fato têm. De modo que discordo de Burge (2010, p. 64, n. 5), quando ele diz que o resultado de Putnam é “pitoresco” e “profundamente enganador”.<sup>9</sup> Me parece que Burge espanca um espantalho ao sugerir que Putnam não sabe que o significado é algo abstrato, logo algo que não está em lugar algum, nem mesmo na cabeça (BURGE, 2010, p. 64, n. 5). É claro que Putnam sabe disso, mas isso é irrelevante, pois o ponto de Putnam é outro, aceito por Burge (BURGE, 2010, introdução): sem relações com um ambiente mais amplo, os significados das nossas palavras não seriam constituídos, e nossa percepção não seria como é, pois a mente é um sistema de habilidades que envolvem o mundo (PUTNAM, 2013, p. 201).

## Conclusão

Não é raro que se apresente Putnam como um filósofo inconstante, sempre pronto a mudar de ideia, ou que se o apresente como um gênio desleixado nos argumentos, quiçá por causa do fluxo caudaloso da sua imaginação fértil. Espero que nossa reconstrução detalhada do argumento de Putnam em favor do externalismo semântico, e do seu argumento posterior sobre a intencionalidade em geral, nos ajude a repensar essa imagem. Putnam pode não ter soletrado todos os argumentos em suas obras, mas isso não quer dizer que ele se apoie em mera fantasia para apresentar suas conclusões.

A conclusão de que os significados não estão na cabeça é o fruto de um argumento por redução ao absurdo, o qual parte das premissas aceitas pelo seu adversário para estabelecer sua conclusão. Esse procedimento argumentativo, aqui explicitado, explica em parte o quanto a obra de Putnam impactou o trabalho

---

<sup>8</sup> There must be some basic terms whose referential properties are not parasitic on others. (DEVITT, 1990, p. 82).

<sup>9</sup> Although the slogan is colorful, I think it deeply misleading, and in fact based on confusion and error. (BURGE, 2010, p. 64, n. 5).

posterior em filosofia da linguagem e filosofia da mente, e também o quanto o solipsismo metodológico perdeu de prestígio.

Ainda que Putnam seja um filósofo suficientemente modesto para mudar de ideia quando se descobre equivocado, como bem mostra toda sua obra sobre o problema do realismo, podemos ver continuidade no seu trabalho sobre a intencionalidade dos estados psicológicos. A obra dos anos 70, exemplificada por “The meaning of ‘meaning’”, encontra eco na obra dos anos 80, exemplificada por *Razão, verdade e história*. Em ambos os casos, Putnam se esforça por estabelecer os vínculos objetivos entre as palavras, os estados mentais intencionais e as coisas, o que o leva a atacar posições que considera metodologicamente equivocadas, ou mesmo *mágicas*.

Por fim, ainda que a conclusão de Putnam de que os significados não estão na cabeça seja influente, não se pode dizer que alguns dos herdeiros mais notáveis de Putnam, como Tyler Burge, tenham sempre dado o devido reconhecimento ao trabalho de Putnam, pois seria preciso mostrar que há alguma falha no argumento de Putnam, em vez de sugerir que Putnam está sendo pitoresco, em vez de crítico e argumentativo.<sup>10</sup>

\* \* \*

## Referências

BERGER, Alan. *Terms and truth: Reference direct and anaphoric*. Cambridge; London: The MIT Press, 2002.

BURGE, Tyler. *Origins of objectivity*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. Other Bodies. In: *Foundations of mind: philosophical essays*. Oxford: Clarendon Press, 2007. (vol. 2).

\_\_\_\_\_. Some remarks on “externalisms”. In: BAGHRAMIAN, Maria (ed.). *Reading Putnam*. Abington: Routledge, 2013a. (p. 263-271).

\_\_\_\_\_. Some remarks on Putnam’s contributions to semantics. In: *Theoria*, 2013b. (v. 79).

CARROLL, Lewis. *The annotated Alice: with an introduction and notes by Martin Gardner*. Cleveland; New York: The World Publishing Company, 1963.

COSTA, Claudio Ferreira. Cogito e linguagem privada. In: *Kriterion*. Belo Horizonte: 1999. (v. 98).

DEVITT, Michael. Meanings just ain’t in the head. In: BOOLOS, George (ed.). *Meaning and method: essays in honor of Hilary Putnam*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

<sup>10</sup> Em defesa de Burge, deixemos registrado que apesar de ter se mostrado um tanto quanto ingrato, e mesmo injusto, em 2007 (BURGE, 2013a), em 2011 (BURGE, 2013b), na ocasião da homenagem a Putnam com o Prêmio Schock, ele soube reconhecer, com muito mais cuidado, o quanto a investigação semântica e metafísica deve ao trabalho de Putnam, e o quanto o seu próprio trabalho é devedor da filosofia de Putnam.

HACKING, Ian. *Putnam's theory of natural kinds and their names is not the same as Kripke's*. In: *Principia*. Florianópolis: 2007. (v. 11).

PUTNAM, Hilary. Meaning and reference. In: *The journal of philosophy*, 1973. (v. 70).

\_\_\_\_\_. *Razão, verdade e história*. Tradução de António Duarte. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PUTNAM, Hilary. The development of externalist semantics. In: *Theoria*, 2013 (v. 79).

\_\_\_\_\_. The meaning of 'meaning'. In: PUTNAM, Hilary. *Mind, language and reality: philosophical papers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. (vol. 2).